

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Ensino de sociologia. O papel das graduações e das pós-graduações.

Tânia Elias Magno da Silva, Manoel Messias Rodrigues Santos. y Adriana Elias Magno da Silva.

Cita:

Tânia Elias Magno da Silva, Manoel Messias Rodrigues Santos. y Adriana Elias Magno da Silva (2009). *Ensino de sociologia. O papel das graduações e das pós-graduações. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1992>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Ensino de sociologia

O papel das graduações e das pós-graduações

Tânia Elias Magno da Silva – UFS. ¹

Manoel Messias Rodrigues Santos²

Adriana Elias Magno da Silva³

Introdução

O objetivo da presente comunicação é contribuir para o debate sobre o papel das universidades e a formação de novos profissionais frente às novas configurações sociais e exigências do mercado de trabalho decorrentes das rápidas transformações sociais resultantes do processo de globalização e modernidade. O estudo tem como objetivo discutir a formação do cientista social e do sociólogo, mais especificamente da formação do professor de sociologia e os desafios colocados aos cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil com a volta desta disciplina na grade curricular dos cursos de ensino médio em todo o país.

Iniciamos situando a criação dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais/Sociologia no país e as dificuldades encontradas pelos primeiros professores antes da institucionalização desta formação no Brasil no que diz respeito à exigüidade de manuais de sociologia, tendo em vista a autodidatismo dos mesmos. Em seguida analisamos de forma breve as nefastas consequências do Golpe de Estado dado em 31 de março de 1964 para o ensino no país, em especial para os professores de sociologia e filosofia, ao retirar estas disciplinas da grade dos cursos de nível médio,

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora aposentada da UFS, professora e pesquisadora vinculada ao Mestrado em Sociologia pela UFS, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Itinerários intelectuais, imagem e sociedade-UFS.

² Mestre em Sociologia, pesquisador associado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Itinerários intelectuais, imagem e sociedade-UFS.

³ Doutoranda em Ciências Sociais-PUC/SP, professora da Universidade Anhembi-Morumbi-SP, pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa Itinerários intelectuais, imagem e sociedade-UFS.

perseguir, prender e exilar professores e pesquisadores. As conseqüências para a educação no país foram extremamente nefastas neste período, principalmente após a promulgação do AI5⁴.

O artigo não se detém na história da luta para a volta desta disciplina nos cursos de ensino médio no Brasil⁵, apenas faz algumas referências à aprovação do Decreto que instituiu a volta das disciplinas de sociologia e filosofia nestes cursos, para em seguida levantar algumas questões para o debate fazendo algumas considerações sobre a realidade atual dos cursos de Ciência Sociais/Sociologia e entre a licenciatura e o bacharelado, os desafios colocados frente à necessidade de elaboração das Orientações Curriculares de Sociologia – OCNS, e conclui com um exemplo concreto: o papel da graduação e da pós-graduação na formação do professor de sociologia em Sergipe.

Os primeiros cursos: os desafios do pioneirismo

O ensino de Sociologia no Brasil tem uma história complexa e marcada em seu início por professores autodidatas⁶. O primeiro curso de formação de sociólogos data de 1933, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo⁷. Em 1934 é fundada a Universidade de São Paulo e, em 1939 é criada a Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro. A partir de meados e final da década de 1930 foram surgindo vários Institutos e Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas no país e com eles os cursos de Ciências Sociais e/ou Sociologia.⁸

Contudo, a disciplina Sociologia já estava presente nos cursos de Direito antes do surgimento dos cursos de Ciências Sociais ou de Sociologia, bem como já havia na década de 1930, uma série de manuais publicados sobre Sociologia, em especial dirigidos às Escolas Normais.

Em seu estudo sobre a história da sociologia no Brasil, Silva (1997) se detém no estudo de um pioneiro da sociologia brasileira, o professor sergipano Florentino Menezes e revela como a falta de manuais para o professor de sociologia era um grande entrave, de modo que muitos acabavam produzindo seus próprios livros didáticos. Ser cientista social no período que antecedeu a institucionalização da sociologia enquanto disciplina acadêmica, “antes do interesse econômico por uma profissão bem sucedida, despertava a vontade de vencer desafios em um país ainda imberbe para tal campo (op.cit. p.09)”.

⁴ Ato Institucional Número 5, decretado em 1968, pelo então General Presidente Garrastazu Médici.

⁵ A esse respeito vide entre outros: Carvalho, Lejeune Mato Grosso Xavier de. (2006) Sociologia no ensino médio: Mudanças profundas na educação brasileira.

⁶ Vide a respeito entre outros: Silva, Adriana Elias Magno. Florentino Menezes – Um sociólogo Brasileiro Esquecido. (1997) PUC/SP. Dissertação de Mestrado; Menucci, Simone. A institucionalização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais e cursos. (2000) IFCH/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

⁷ Atualmente Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESSP/SP que em maio de 2007 completou 74 anos de existência.

⁸ É o caso do Paraná e Minas Gerais, por exemplo. Em 1932 funda-se no Recife a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, mas em 1935 é fechada, para ressurgir com o aparecimento da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 1946. A respeito vide Silva, 1998.

Os pioneiros da sociologia brasileira, na sua maioria auto-didatas, enfrentaram enormes dificuldades para ministrar essa disciplina, pois não havia uma referência institucional precisa e sem essa referência passavam por enormes adversidades tais como: falta de material didático e a ausência de recursos financeiros que proporcionassem condições propícias para que os profissionais divulgassem e aprofundassem os estudos e pesquisas que vinham realizando e que foram de certo o alicerce que cimentou o ensino de sociologia no país.

Menucci (2000, 02), em seu estudo sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil debruça-se exatamente sobre os primeiros manuais e cursos.

Com efeito, entre os anos de 1931 e 1945 cerca de duas dezenas de livros didáticos de sociologia foram publicados no Brasil. Eram, pois, livros introdutórios, compêndios, tratados, dicionários, coletâneas de textos e periódicos destinados ao ensino secundário regular, aos cursos de magistério, faculdades e universidades. Trata-se de um conjunto significativo de obras, revelador do estabelecimento de um sistema de difusão do conhecimento sociológico.

A sociologia só irá ganhar o grau superior das escolas secundárias com a Reforma Campos, lei 19.890 de 1931, que criou os cursos preparatórios para as faculdades e colocou esta disciplina como obrigatória. Segundo Costa Pinto (1945, 25 e 26) a sociologia passou a ser fundamental para o ensino com a Revolução de 1930, porque segundo seus defensores, esta se encaixava ao espírito e aos princípios em nome dos quais a revolução ascendeu ao poder, era o símbolo de uma formação moderna, voltada para capacitar os futuros dirigentes de um país que se industrializava. Esse era em especial o “espírito” dos fundadores do primeiro curso superior de sociologia no Brasil, o da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo tinha como objetivo atender a demanda para uma classe dirigente, em especial para as necessidades da industrialização, urbanização e modernização de São Paulo, o currículo do curso dava ênfase a administração, o planejamento e a pesquisa, diferente do curso ministrado na Universidade de São Paulo que visava à docência.

O AI5 e o banimento da disciplina

Até 1969, tanto a filosofia como a sociologia ainda faziam parte do currículo escolar de muitas escolas no país, mas após a caça às bruxas decretada pelo AI5 as duas disciplinas foram banidas das grades curriculares dos cursos de nível médio, permanecendo apenas nos cursos de magistério. Em detrimento, talvez do AI5, a formação do professor de sociologia vai, nas instituições de ensino superior deixando de ser prioridade e com o passar dos anos o bacharelado

passa a prevalecer em detrimento da licenciatura, que aos poucos foi sendo colocada de lado na maioria das instituições. Em muitas universidades e faculdades o curso de Ciências Sociais/Sociologia passou a ofertar apenas o bacharelado.

A justificativa para essa escolha era a de que não havia mais mercado de trabalho nessa área e, portanto, demanda, embora tanto sociologia como filosofia fizessem parte da grade dos cursos de magistério, mas as duas disciplinas eram quase que, sem exceção, ministradas por pedagogos.

A luta pela reintrodução dessas disciplinas nos currículos escolares do ensino médio passou por várias fases e mesmo sem ser obrigatória, em muitos estados da federação, como é o caso de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais entre outros, foram incluídas no currículo escolar do ensino médio, contudo em nível de Brasil continuaram oficialmente fora do currículo obrigatório⁹.

No dia 7 de julho de 2006, o Conselho Nacional de Educação, antigo CFE, órgão de Estado, através de sua Câmara de Ensino Básico – CEB aprovou – por unanimidade de votos – a volta do ensino das disciplinas de Sociologia e Filosofia em todas as 23.561 escolas de Ensino Médio, públicas e privadas, existentes no Brasil, já a partir de 2007.¹⁰ No dia 11 de agosto, o ministro da Educação Fernando Haddad homologou a decisão do CNE, transformada em Resolução 04/06 assinada pela presidente da CEB/CNE, Prof^a. dr^a. Clélia Brandão Alvarenga Peixoto¹¹.

Entretanto, até o presente momento são inúmeros ainda os entraves para que as duas disciplinas possam ser ministradas em todas as escolas do país. Segundo várias secretarias de educação faltam professores devidamente habilitados. Na falta destes, professores de outras áreas de ensino e que já lecionam nas escolas e tem carga horária disponível, acabam assumindo a disciplina. Há inúmeras propostas para solução do problema em curto prazo, como oferecer cursos a distancia e/ou cursos de especialização na área. Outra questão debatida, mas que até agora não é consensual, propõem que o bacharel na área, em caráter provisório e por um período determinado, poder lecionar a disciplina.

Os novos desafios e o papel das graduações e pós-graduações.

Esta questão nos remete a discussão sobre a estrutura e perfil dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia. O que há de comum nos diferentes cursos existentes? Qual o objetivo do Projeto Pedagógico desses cursos em relação à formação do professor de

⁹ A respeito da luta pela reintrodução de sociologia na grade curricular dos cursos de ensino médio vide entre outros, Silva, 2007.

¹⁰ Na ocasião foi estabelecido um prazo de um ano para a sua implementação, considerado necessário para que os estados que ainda não adotam essa decisão, possam se adequar.

¹¹ Resolução nº. 4 de 16 de agosto do CNE, publicada no DOU de 21 de agosto de 2006, Seção 1, página 15.

sociologia? Se é que há um Projeto Pedagógico a orientá-los, fruto de uma discussão ampla com todos os envolvidos, inclusive representantes da sociedade.

Em geral, há em muitos casos uma hierarquia velada nos cursos de Ciências Sociais e/ou Sociologia atribuindo à licenciatura um status menor em relação ao bacharelado, essa tem sido uma queixa comum feita pelos estudantes e professores de várias instituições do país nos inúmeros fóruns e encontros realizados onde a temática foi colocada. Esta questão nos leva a atentar para a questão legal da profissão.

A Lei que reconhece a profissão de sociólogo¹² define como tal apenas os bacharéis. Os licenciados não são, portanto, sociólogos ao crivo da lei, mas “professores de sociologia no ensino fundamental e médio”. Entretanto o Decreto Presidencial Nº 89.531, de 05 de abril de 1984 que regulamentou a profissão de sociólogo, estabelece no seu artigo 2º que descreve as atribuições dos sociólogos, em seu item II que uma das funções do profissional é “ensinar sociologia geral ou específica, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais”, ou seja, que seja licenciado, pois esta é a exigência legal. De acordo com a Lei que cria a profissão e o Decreto que a regulamenta é necessário que a pessoa seja bacharel e licenciada para poder gozar de todas as prerrogativas legais.

Esta dualidade na formação: bacharel e licenciado, em decorrência de muitas escolas no país terem abolido a licenciatura dos cursos de Ciências Sociais/Sociologia tem criado situações muito constrangedoras e polêmicas. O outro lado da medalha também é problemático, pois quando o curso oferta tanto o bacharelado como a licenciatura, em geral as formações estão dissociadas, ou seja, o aluno pode optar por uma ou outra formação, havendo não raro, em muitas escolas, o ingresso separado, ou seja, o aluno é obrigado no primeiro ou segundo semestre optar por uma das formações e há casos em que o vestibular já é separado. Consequência: os que optam apenas pela licenciatura não serão sociólogos de acordo com o decreto que regulamentou a profissão, portanto não poderiam ministrar aulas de sociologia, embora sejam licenciados. Esta é uma questão que tem que ser enfrentada e resolvida¹³. Apesar deste impedimento legal os apenas licenciados estão amparados pela Resolução 02/97 do CNE que garante ao licenciado, em qualquer área,

¹² Vide Lei de nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, Portaria Ministerial nº 3230 de 15 de dezembro de 1983 e o Decreto Presidencial nº 89.531, de 05 de abril de 1984 que regulamentou a profissão de sociólogo.

¹³ Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que modifica o Decreto Presidencial nº 89.531 que regulamentou a profissão de sociólogo. Esta alteração dá aos licenciados em cursos de formação plena – quatro anos – o título de sociólogos. A proposta de alteração da Lei foi uma decisão da Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil – FNSB, após o último Congresso realizado na cidade de Natal – RN, em 2008.

independente de sua formação na graduação, que o mesmo leciona no ensino fundamental e médio, na área de sua licenciatura.

Outra questão a ser discutida diz respeito à valorização das duas formações no âmbito de muitas instituições de ensino superior. Parece haver em algumas instituições de ensino uma valorização menor da licenciatura em relação ao bacharelado que passa a ser visto tanto pelo corpo docente como pelos alunos como uma formação melhor. A licenciatura seria “o caminho natural” dos alunos considerados mais “fracos” e que não estariam aptos a enfrentar a monografia de conclusão de curso. Ou seja, por aqueles que “não tem perfil acadêmico”, “vocação para pesquisadores”, portanto para a carreira acadêmica.

As questões acima embora num primeiro momento pareçam nos remeter a uma discussão apenas sobre os cursos de graduação estão diretamente vinculadas à formação nas pós-graduações, pois os professores que vão formar os futuros bacharéis/licenciados em Ciências Sociais/Sociologia passam pelas pós-graduações.

Diante desta realidade levantam-se algumas questões para o debate:

- O ensino de sociologia tem sido um tema recorrente de preocupação/discussão/pesquisa nas pós-graduações em Ciências Sociais/Sociologia no país?
- Qual tem sido a produção acadêmica voltada para esse tema nos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais/Sociologia?
- Quantos cursos de pós-graduação têm pelo menos uma disciplina voltada para essa área em sua grade?

Qual a preocupação dos cursos com a formação do professor de sociologia?

Faz-se necessário um levantamento que nos forneça um panorama atualizado da situação do ensino de sociologia nas instituições de nível superior no país, bem como o papel que a pesquisa sobre a formação continuada dos professores de sociologia vem tendo nos cursos. Este levantamento poderá nos fornecer um quadro atualizado dos temas que tem dominado a produção acadêmica em nível de graduação e pós-graduação em diferentes períodos e o lugar que o ensino de sociologia tem ocupado nessa produção.

A pesquisa sobre o ensino de sociologia na Universidade Federal de Sergipe

Em 1990 é criado o primeiro curso de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais de Sergipe na Universidade Federal de Sergipe, que passa a funcionar no primeiro semestre de 1991¹⁴. Na época o Departamento de Ciências Sociais contava com dezessete (17) docentes, assim distribuídos por área de conhecimento: Dez (10) da área de Sociologia, cinco (5) da área de

¹⁴ Até a presente data é o único curso de formação em ciências sociais do estado de Sergipe.

Antropologia e dois (2) da área de Política. Deste total, dezesseis (16) eram mestres e especialistas e um (1) pós-doutor.

Em dez anos de existência, o curso que previa no projeto inicial a duplicação de seu quadro docente em cinco anos, teve o seu número de docentes cada vez mais reduzido, passando de dezessete professores para apenas treze em 2005, com a seguinte titulação: 01 pós-doutor, 06 doutores, 03 doutorandos e 03 mestres.

Entre 2005 e 2008 foram realizados concursos públicos para preenchimento de vagas e o curso de Ciências Sociais foi contemplado com um aumento do número de professores, contando atualmente com 30 docentes, mas ainda ficando muito aquém do proposto no projeto de criação do curso.

Em 1997, o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 428, de 18 de março de 1997, o que possibilitou a consolidação do mesmo em nível acadêmico-burocrático e, até o segundo semestre de 2008 haviam sido diplomados 365 alunos, assim distribuídos: 73 bacharéis, 45 bacharéis e licenciados e 207 licenciados¹⁵. Embora tenha sido criado como um curso de bacharelado e licenciatura, somente no primeiro semestre de 2000 inicia a primeira turma de licenciados, com um total de 05 formandos.

Em 2002, começa a haver uma demanda mais significativa pela licenciatura em Ciências Sociais, decorrente da luta que se empreendeu pelo retorno da disciplina de sociologia na grade curricular do ensino médio no país.

A Pós-Graduação

O curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFS criado em 1987, é anterior a criação da graduação e até o ano de 1993 caracteriza-se como uma pós-graduação *latu sensu* em ciências sociais. Com a criação do curso de mestrado em 1993, passa a atrair não apenas os professores e alunos da UFS, mas também docentes e discentes provenientes de outras instituições de ensino superior de Sergipe e até de estados vizinhos. A reformulação do curso para mestrado trouxe como consequência uma produção científica mais sistematizada e uma formação acadêmica mais qualificada. Proporcionou a formação de Grupos de Pesquisa mais estruturados e o surgimento de novos grupos, assim como dinamizou e diversificou a produção acadêmica.

Em 1996 o curso sofre nova reestruturação, criando as seguintes linhas de pesquisa: “Movimentos Sociais e Cidadania”; “Cultura, História e Memória Social”; “Comunicação, Economia e Política” e “Formas de Intervenção do Estado”. No período de 1996 a 2000 foram

¹⁵ Deve-se ressaltar que em 1994 concluem o curso de bacharelado apenas duas alunas do total de 15 que ingressaram em 1991, e que ingressam no ano seguinte (1995) no mestrado em sociologia, uma na UNB e outra na PUC/SP.

defendidas 14 dissertações de mestrado, mantendo-se ainda o mesmo perfil eclético dos temas do período anterior. Em 2003, foram defendidas 19 dissertações e no primeiro trimestre de 2005, 08 dissertações foram apresentadas, porém nenhuma versou sobre a formação profissional, mercado de trabalho e/ou ensino de sociologia.

Em 2002, o curso passa de Mestrado em Ciências Sociais para Mestrado em Sociologia, com as seguintes linhas de pesquisa: Etnicidade e Religiosidade; Modernidade, Identidade e Cultura Urbana; Política, Cidadania e Direitos Humanos e Trabalho, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

No período de 1995 a 2008, o curso já havia titulado 157 mestres, mas nenhuma dissertação versou sobre ensino de sociologia. Em 2009 o curso passou a ser de mestrado e doutorado em Sociologia. Na justificativa do projeto de criação do curso de Doutorado em Sociologia há referência à formação de professores e pesquisadores para o magistério superior, porém não há nenhuma disciplina ou linha de pesquisa que contemple este objetivo.

Conclusões

São inúmeras as questões a serem levantadas a respeito da formação do professor de sociologia e o papel das graduações e pós-graduações. Uma questão diz respeito aos múltiplos olhares e interpretações do que seja “formar o professor de sociologia”, pois isto implica em pensar o professor para o nível médio de ensino e o professor para o nível superior, enfim responder questões onde é difícil o consenso como: Qual o perfil que deve ter esse profissional? Deve haver diferença na formação de um e de outro? Por quê? Qual a responsabilidade dos cursos na formação deste profissional?

Referências

- o **Carvalho**, Lejeune Mato Grosso Xavier de. (2006) Sociologia no ensino médio: Mudanças profundas na educação brasileira.
- o **Ferreira**, Pinto. "Panorama da Sociologia Brasileira I e II". In. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 14, nov/dez. 1957.
- o **Menezes**, Florentino. Tratado de Sociologia. (1931) Aracaju: S. N. T.
- o **Menucci**, Simone. A institucionalização da Sociologia no Brasil: Os primeiros manuais e cursos. (2000) IFCH/UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- o **Silva**, Adriana Elias Magno. Florentino Menezes – Um sociólogo Brasileiro Esquecido. (1997) PUC/SP. Dissertação de Mestrado;
- o **Silva**, Tânia E. M. da. (2007) A sociologia em Sergipe: um olhar sobre o pioneirismo e a atualidade. In: Plancherel, Alice A. e Oliveira, Evelina A. F. de. Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio. Maceió/AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas.

- o ----- A questão das OCNS: Prática pedagógica e formação dos professores de Sociologia: reflexões para o debate. Texto apresentado no Simpósio As Orientações Curriculares Nacionais – OCN – Sociologia, do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia realizado de 29/05/07 a 01/06/07 em Recife/PE.